A COOPERAÇÃO DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO NA PREVENÇÃO E NO COMBATE À CORRUPÇÃO

Juliane Nagafugi, Bruno Coelho Gonçalves, Ana Augusta Rodrigues Westin Ebaid

Universidade do Oeste Paulista – Unoeste curso de Direito, Presidente Prudente, SP. E-mail: julianenagafugi@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo estudar o universo que circunda a corrupção, os malefícios que provoca na sociedade e a contribuição do estudante universitário para transformação deste quadro. Sabe-se que o estudante universitário possui um olhar crítico sobre as mais variadas situações da vida humana, além de prestarem uma excelente oferta de bons propósitos ao se formarem e desempenharem suas funções enquanto profissionais no mercado de trabalho, nos mais variados ramos e atividades. A metodologia constou de levantamento bibliográfico acerca das principais questões que versam sobre o assunto. Com a presente pesquisa, constatou-se que, cultivando a honestidade, a moralidade, e o bom senso nos bancos acadêmicos, o estudante terá grandes chances de ser um profissional de sucesso no futuro, abarcando consigo uma bela imagem de pessoa exemplar a ser seguida, podendo pelo seu exemplo transformar o ambiente em que vive.

Palavras-chave: contribuição – estudante – universitário – combate – corrupção

THE COOPERATION STUDENTCOLLEGE IN PREVENTION AND COMBAT CORRUPTION

ABSTRACT

This aims article to study the universe that surrounds corruption, the harm it causes in society and the contribution of the student college to change this situation. It is known that the student college has a critical look at the different situations of human life, and provide an excellent supply of good intentions to be formed and perform their duties as professionals in the labor market, in various branches and activities. The methodology consisted of literature about the main issues that deal with the subject. With this research , it was found that by cultivating honesty, morality, and common sense in academic banks , the student will have a good chance of being a successful professional in the future , embracing with a beautiful exemplary person image to be followed , by their example can transform the environment in which they live .

Keywords: contribution – student – university –combat– corruption

INTRODUÇÃO

Vivemos atualmente em uma sociedade capitalista, tecnológica, onde a velocidade da informação, amparada pela globalização, liga as pessoas umas às outras, independente de uma imensa distância as separando fisicamente. Porém, isso de nada servirá se não os utilizarmos para o bem comum.

O estudante universitário, por força de sua genialidade, não escapa de seu papel singular de fazer valer o bem comum, ao dispor conhecimentos, ideias e projetos com vistas a cooperar na solução de embates que a sociedade brasileira enfrenta e enfrentará.

Sabemos que a corrupção é um mal que assola todos os âmbitos da vida humana, principalmente os de vital interesse da população, corroendo muitas vezes as entranhas do bem comum, por conta da satisfação de vontades individuais, que sufocam a coletividade e seus anseios.

Esse artigo tem por finalidade, baseando-se em doutrinas e experiências sociais, caracterizar a corrupção existente e propormeios de combatê-la. A partir disso passamos a analisar o papel dos estudantes universitários nessa empreitada atualmente necessária.

METODOLOGIA

O procedimento metodológico utilizado foi o levantamento bibliográfico. Foram utilizados livros de doutrina, artigos de revistas especializadas, nacionais e estrangeiros, anais e demais documentos que se mostraram úteis e concernentes ao tema. As informações coletadas foram analisadas e confrontadas de forma dialética.

DESENVOLVIMENTO

Etimologicamente, corrupção deriva do latim *corruptos*, que quer dizer quebrado em pedaços. De forma prática, corrupção é o ato ou o efeito de corromper algo ou alguém, com o intuito de vislumbrar vantagens em relação aos demais, por meios considerados ilícitos, ilegais e, por consequente, imorais.

Comumente, a corrupção engloba inúmeros crimes tipificados no Código Penal. Tal texto legal proíbe, por exemplo, sob pena de prisão, quem ofereça ou receba vantagem indevida para que um funcionário público atue de forma contrária ao que lhe é estabelecido legalmente, podendo, se concretizada, caracterizar improbidade administrativa.

De modo geral, a corrupção abarca crimes contra a administração pública, atentando quase sempre contra o patrimônio público, com desvios de recursos que deveriam ser destinados

à realização das finalidades do Estado, quais sejam proporcionar melhores condições para a vida em sociedade.

Por outro enfoque, a corrupção não é algo privativo da administração pública, uma vez que este mal tem se espalhado por todos os setores da sociedade, causando estragos e infelicidades nas ações do cotidiano das pessoas.

Interessante observar que a corrupção quando nasce, corre as escondidas. A obscuridade é o folego da existência e manutenção do pensamento e da ação corrupta. Acerca disto, Norberto Bobbio (2000, p. 105), ao tratar da democracia em uma de suas obras, reflete sobre o assunto, dizendo que:

o momento em que nasce o escândalo é o momento que ele se torna público um ato ou uma série de atos até então mantidos em segredo ou ocultos, na medida em que não podiam ser tornados públicos, pois, caso o fossem, aquele ato ou aquela série de atos não poderiam ser concretizados. Pense-se aqui nas várias formas que pode assumir a pública corrupção, o peculato, a malversação, a concussão, o interesse privado em cargos públicos e assim por diante, apenas para dar exemplos banais, coisa corriqueira. Qual empregado público poderia declarar em público, no momento que é empossado em seu cargo, que irá se apropriar do dinheiro público (peculato) ou do dinheiro que embora não pertencente à administração pública é por ele apropriado por razões de ofício (malversação)? Qual empregado público afirmaria que irá constranger este ou aquele a dar-lhe dinheiro abusando da sua qualidade ou das suas funções (concussão) ou se servir de seu cargo para obter vantagens pessoais (interesse privado em cargos públicos)?

Diante de todo este quadro, o estudante universitário pode e deve realizar gestos que modifiquem esta mentalidade, que tem retardado a construção de um futuro melhor.

Como uma luz no fim do túnel, ou a solução mais louvável à reversão de tais quadros preocupantes, a educação possui caráter essencialmente importante, e não menos decisivo no embate ao combate à corrupção.

Educar para a cidadania pode ser o antídoto que ameniza e cura o veneno que a mau gradação dos ideais moralísticos teima em despejar nas veias da sociedade, muitas vezes abatida pela fragilidade que a envolve.

Neste pensamento, Márcio Thomaz Bastos (2014, p. 72) infere que:

A educação para a cidadania é, então, um quarta linha de frente decisiva para mudar a mentalidade social que ainda tolera a malversação dos fundos públicos. Os ideais republicanos de respeito às leis, de igualdade social, de impessoalidade, de prestação de contas, de respeito ao patrimônio público e de reponsabilidade perante os cidadãos devem ser destacados em todos os currículos escolares. A superioridade do governo das leis ao governo pessoal

dos homens precisa ser transmitida de geração em geração, até que alcancemos um grau elevado de respeito ao bem comum do povo.

Contudo, recentemente subimos um degrau na escada anticorrupção, desde 29 de Janeiro de 2014 está em vigor a Lei 12.846/2013, chamada Lei da Empresa Limpa. Tal avanço se deu a partir das manifestações de rua ocorridas em meados de 2013, acelerando a aprovação da referida Lei.

Tínhamos, e temos, é verdade, vários outros dispositivos no Código Penal aptos à punição da corrupção, como o próprio exemplo dado anteriormente com relação a crimes contra a administração pública; além das Leis 1.079/1950 (Crimes de Responsabilidade), 4.717/1965 (Ação Popular, 8.429/1992 (Improbidade Administrativa), 8.666/1993 (Licitações e Contratos). Porém, nenhuma delas cobria as lacunas que vem tapar a Lei 12.846/2013, como, dentre outras coisas, sanções que alcancem diretamente o agente corruptor pessoa jurídica; sanções que atinjam o patrimônio da empresa corruptora, possibilitando, inclusive, o ressarcimento dos cofres públicos; sanções aplicáveis também pela via administrativa, além daquelas acionáveis pela via judicial cível.

Percebemos a partir disso a importância da conscientização da sociedade para conseguirmos mudanças. Se aqueles jovens não tivessem tomado as ruas em 2013 podemos dizer que, talvez, tal projeto de lei ainda estivesse tramitando no Congresso Nacional, como ficou por três anos, já que ele foi proposto em 2010.

Como muito bem já nos ensinava, em meados do século XX, o Papa João XXIII, que *“todo o cidadão e todos os grupos intermediários devem contribuir para o bem comum, devendo ajustar seus próprios interesses às necessidades dos outros, empregando bens e serviços para este fim.”* (Encíclica Pacem in Terris, nº 53, 1963).

Ou seja, o papel dos atuais jovens universitários vai muito além de elevar o índice de nível superior do país. Está nas mãos deles a escolha entre continuar nessa caminhada do combate à corrupção, ou deixar tudo se perder novamente.

Entretanto, essa luta não pode se restringir a manifestações e publicações virtuais. Os jovens universitários devem ser conscientes de seus atos, inclusive na hora de eleger seus representantes, que é o momento, em que devemos demonstrar o que buscamos.

Vimos surgir nas últimas eleições, em todos os âmbitos, os chamados “votos de protesto”, que seriam uma forma de mostrar a indignação do eleitor com o sistema eleitoral vigente. Porém, o ato se perfaz com o voto nulo ou em candidatos considerados excêntricos. Mas aqueles

denominados “indignados” não percebem que jogam fora a oportunidade que têm de mudar o cenário político do país.

Assim, o papel, não só dos universitários, mas da sociedade como um todo, é valorizar as oportunidades que tem de mudar o preconceito, ou ignorância, dos demais. A corrupção é hoje uma realidade em nosso país, e a mudança depende de todos os cidadãos.

Muito fácil seria continuar com os discursos de que “todo político é ladrão”, ou ainda pior “ele rouba, mas faz”. Contudo, o prejuízo já tem batido em nossas portas, em nossas contas de luz, em nossa compra do mês.

Resta-nos agora mudar nossa conduta, nosso pensamento e passarmos a atuar mais ativamente nas questões decisivas, seja do município, do estado, do país, ou mesmo dentro das universidades, em nosso dia a dia. Afinal, como já dizia Aristóteles (apud Dallari, 1984, p.12) “nós somos seres políticos por natureza”. Devemos exercer essa característica que nos difere dos demais seres vivos para buscar melhorias ao nosso cotidiano.

Os estudantes universitários, por exemplo, que geralmente possuem uma mente crítica quanto a tudo, devem se atentar e se precaver quanto a seus atos. Como podem se considerar capazes de julgar uma fraude em licitação, com desvio de dinheiro público, se em suas próprias atividades o universitário burla as regras para não ficar atrás dos demais.

Pode parecer insignificante a comparação feita, mas é questão de princípios, tanto em seu sentido literal, como fonte ou alicerce para futuros atos, ou mesmo no sentido figurado de “pessoa de princípios”. Até porque, o universitário de hoje pode ser o nosso representante de amanhã.

CONCLUSÃO

Portanto, sabendo que, além de constituir um ato imoral, a corrupção pode também configurar ato ilícito, a sociedade, em especial os universitários, precisa dosar seu comportamento na busca pelo sucesso e estabilidade financeira.

No mundo acadêmico, uma boa forma de prevenir a aparição de novos agentes corruptos, tanto no campo político, empresarial ou social, é propagar a honestidade nos deveres e responsabilidades dos universitários. Influenciar o bom exemplo, a honestidade, a probidade, para que aqueles que ali estão para colher conhecimentos possam absorver também testemunhos de pessoas que não precisaram burlar regras ou usar de meios imorais para alcançar seus objetivos.

A coerência nas relações acadêmicas pode mudar pensamentos e condutas, assim como mudam também as pessoas. A finalidade das universidades deve ir além de formar bons profissionais, deve ser de formar cidadãos conscientes e aptos a elevar o cenário político do país.

REFERÊNCIAS

BARROSO LEITE, C. **Sociologia da corrupção**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1987.

BASTOS, M. T. **Um modelo de política de combate à corrupção**. Revista do Advogado, Ano XXXIV, nº 125, p. 68, 2014.

BATISTA, A. **Corrupção: Fator de Progresso?** São Paulo: Letras e Letras, 2001.

BITTAR, E. C. B. **Curso de Filosofia Aristotélica**. São Paulo: Manole, 2003.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Tradução de M. A. Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

DALLARI, D. A. **O que é participação política**. 5ª ed. SP: Abril Cultural - Brasiliense, 1984.

FAZZIO JR., W. **Corrupção no Poder Público**. São Paulo: Atlas, 2002.

Papa, João XXXIII. **CARTA ENCÍCLICA Pacem in Terris**. Disponível em: <
[Http://http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem.html](http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem.html)> Acesso em 12.08.2015.